

Elísio Estanque

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Análise de classes e desigualdades sociais em Portugal: em defesa da perspectiva compreensiva*

Resumo: O presente texto centra-se na análise de classes, procurando discutir os seus limites, potencialidades e novos desenvolvimentos no contexto da sociedade portuguesa. Começarei por uma reflexão sobre as metodologias qualitativas e os problemas epistemológicos, sublinhando as vantagens da perspectiva compreensiva no estudo das desigualdades. Apontarei o exemplo das análises de classe anteriormente desenvolvidas sobre o nosso país, chamando a atenção para a importância do contexto cultural e histórico onde elas ocorrem para melhor compreender as ambiguidades encontradas e ultrapassar os limites da metodologia quantitativa. A partir daí passarei a centrar-me nos estudos qualitativos desenvolvidos na região da indústria do calçado, apresentando alguns aspectos e exemplos da observação participante realizada no interior de uma fábrica, a fim de mostrar a estreita articulação entre as identidades aí estruturadas e a lógica mais ampla da comunidade envolvente. Finalmente apresentarei algumas linhas de pesquisa que, a meu ver, estão a surgir como temas de maior pertinência para o estudo das desigualdades sociais em Portugal.

1. Introdução

Os estudos sobre as classes e a mobilidade social em Portugal, apesar de terem presidido ao processo de institucionalização da sociologia no país, são hoje um tema escasso no panorama geral da sociologia portuguesa e – as poucas análises recentes sobre o assunto – têm progressivamente abandonado a matriz estrutural marxista, dando

* Uma versão ligeiramente modificada deste texto foi recentemente publicada, em inglês, sob o título “Class and Social Inequalities in Portugal: From class structure to working-class practices on the shop floor”, in Devine, Fiona and Waters, Mary (orgs.) (2004), *Social Inequalities in Comparative Perspective*. Oxford/ Malden: Blackwell, pp. 141-162. O mesmo texto foi proposto para publicação na Revista *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo – Brasil.

lugar a estudos mais subjectivistas ou de natureza “construtivista” (Costa, 1999; Cabral, 1997, 2003).

Evidentemente que esta inflexão se prende com o enfraquecimento geral do paradigma marxista. Não obstante os seus importantes contributos para o conhecimento da estrutura de classes das sociedades ocidentais (Poulantzas, Althusser e Balibar, etc),¹ as dificuldades em conciliar o sentido crítico da análise com o rigor e complexidade da metodologia quantitativa não pararam de aumentar (Burawoy, 1989; Pakulsky e Waters, 1996; Wright, 1985 e 1989). Assim, embora seja necessário concordar com a afirmação de que *A Classe Conta* (Wright, 1997), o mesmo autor reconhece, sem nostalgia, que “a primazia da classe não é um componente essencial da análise de classes” (1996: 694).

Para além de, a meu ver, o conceito marxista de classe continuar a ser incontornável para o estudo dos processos de estruturação das desigualdades sociais no limiar do século XXI, é fundamental que este seja capaz de articular-se, por um lado, com outras formas de desigualdade e lutas identitárias que vêm emergindo na sociedade, e por outro lado, com os contextos históricos e culturais particulares em que os actores e grupos sociais participam. E isso exige o concurso de metodologias plurais, em especial as qualitativas e os estudos de base local (Reay, 1998; Grusky e Sørensen, 1998).

O presente texto visa justamente discutir estas questões. Começarei por uma reflexão sobre as metodologias qualitativas e os problemas epistemológicos decorrentes da observação participante. Apontarei o exemplo das análises de classe anteriormente desenvolvidas sobre a sociedade portuguesa, chamando a atenção para a importância do contexto cultural e histórico onde elas ocorrem para melhor compreender as ambiguidades encontradas e ultrapassar os limites da metodologia quantitativa. A partir daí passarei a centrar-me nos estudos qualitativos desenvolvidos na região da indústria do calçado, apresentando alguns aspectos e exemplos da observação participante realizada no interior de uma fábrica, a fim de mostrar a estreita articulação entre as identidades aí estruturadas e a lógica mais ampla da comunidade envolvente. Finalmente

¹ Apesar da forte presença do determinismo estruturalista até aos anos 60, as abordagens qualitativas, quer no registo histórico quer no âmbito de *case studies* sobre a classe trabalhadora trouxeram contributos muito inovadores para esta temática. Estudos clássicos como os trabalhos de E. P. Thompson (1963), Hobsbawm (1984, 1992) e C. Tilly (Tilly *et al.*, 1975), bem como as pesquisas de Braverman (1974), Burawoy (1979, 1985) ou Stedman-Jones (Jones, 1989) têm inspirado muitas reformulações recentes da análise marxista das classes sociais.

apresentarei algumas linhas de pesquisa que, a meu ver, estão a surgir como temas de maior pertinência para o estudo das desigualdades sociais na sociedade portuguesa.

2. A metodologia qualitativa e a observação participante

O recurso à análise compreensiva e à observação directa será tanto mais enriquecedor e estimulante quanto for capaz de lidar eficazmente com os problemas epistemológicos e evitar cair no descritivismo etnográfico. Para que a observação participante possa ser usada com sucesso num estudo de caso sobre as desigualdades de classe é conveniente que não se descurem duas dimensões fundamentais: a crítica auto-reflexiva que é exigida pelo problema da interacção entre observador-observados; e a questão da articulação estrutura-acção na análise das práticas sociais. Estas duas preocupações foram postas em prática num estudo que realizei numa empresa da indústria do calçado em Portugal, baseado no método de observação participante sobre a questão da classe, práticas e subjectividades dos operários, e que será discutido adiante (Estanque, 2000).²

Quanto ao primeiro problema é necessário começar por romper com os pressupostos da ciência positivista segundo os quais os indivíduos em estudo vivem no mundo da *illusio*, da “ilusão bem fundada” durkheimiana, enquanto o cientista se posiciona no lugar da razão apoiado no arsenal teórico e metodológico que controla. Como nenhuma compreensão é completamente neutra, a sociologia crítica deve começar por criticar o paradigma dominante da ciência moderna. A ruptura epistemológica que ela empreendeu foi dirigida não só em relação ao senso comum mas simultaneamente em relação a todas as restantes formas de conhecimento alternativo. Foi isto que Boaventura Santos apontou como o *epistemicídio* levado a cabo pelo processo de destruição criativa promovido pela ciência moderna em defesa do seu estatuto privilegiado (Santos, 1995 e 2001).

Segundo a sociologia compreensiva de Bourdieu (1996), o principal problema epistemológico não é decidir entre uma ciência que introduz no seu seio os pressupostos

² Esse estudo passou pela minha inserção como trabalhador manual numa pequena empresa de fabrico de calçado, com cerca de 60 trabalhadores, localizada em S. João da Madeira, no centro litoral de Portugal, a norte do distrito de Aveiro. Aí trabalhei oito horas por dia durante três meses, desempenhando diferentes tarefas na linha de montagem e partilhando com os operários muitas das suas vivências, não só no interior da empresa mas também nos espaços de lazer e actividades de tempo livre.

subjectivos do investigador e uma ciência que não os introduz, mas sim entre uma ciência cujos efeitos implícitos passam adiante sem que o investigador se dê conta deles ou uma ciência em que o mesmo está alertado para eles e procura revelá-los o mais abertamente possível. “Uma condição da compreensão é a constante interrogação dos pressupostos tomados por adquiridos que nos autorizam a mover-nos no mundo social como peixe na água” (Fowler, 1996: 11). Só desse modo os efeitos perversos e arbitrários dessa intrusão – presentes na própria forma como o sociólogo se apresenta e que desencadeia múltiplas subjectividades – podem ser controlados e incorporados na análise (Haraway, 1992; Bourdieu, 1996). A reflexividade baseia-se num sentimento e num olhar sociológico que habilita o investigador a perceber e a dirigir no terreno os efeitos da estrutura social em que a pesquisa está a decorrer, mas não se pode dissociar a construção do objecto, do instrumento de construção do objecto e da sua crítica (Bourdieu e Wacquant, 1992).

Se pretendemos observar e analisar um grupo ou um segmento de classe particular dando conta da sua pertinência sociológica é necessário identificar os elos de conexão entre o que se observa e os constrangimentos estruturais que tendem a balizar as condições da acção observada. Mas isso não significa pressupor a existência de uma estrutura – muito menos no sentido substantivo – rigidamente imposta aos conjuntos de práticas em estudo. Pelo contrário, admite que o actor cria o sistema (Crozier e Friedberg, 1977), uma vez que participa nas suas dinâmicas culturais e sociais de reestruturação, ao mesmo tempo que está sujeito aos mecanismos de modelação que sobre ele se exercem. E mesmo que esses mecanismos acarrem poderosas formas de dominação e exploração – como acontece se nos referimos à classe – são sempre cultural e simbolicamente mediados pela iniciativa dos próprios indivíduos. As condições materiais e simbólicas de vida dos trabalhadores podem definir uma classe. Porém, isso não se deve apenas à força desses mecanismos “objectivos” mas também às formas de classificação subjectivamente incorporadas nos seus *habitus* de classe, sendo estes diferencialmente estruturados e estruturantes do espaço social que define os seu modos de vida (Bourdieu, 1979).

Questões tão decisivas como o poder e a ideologia não podem evidentemente deixar de se considerar, sobretudo se o objectivo for analisar as práticas e subjectividades de classe dos trabalhadores. A sua compreensão remete para diferentes níveis de análise e para as articulações *cultura-acção-estrutura* (Archer, 1996). Se na

vida social o que existe são relações sociais, ou seja, se o real está no relacional, este não é senão a estrutura que, no fundo, corresponde a um “constante conjunto de relações frequentemente invisíveis porque são obscurecidas pela realidade da experiência comum” (Bourdieu, 1987: 3). Quer a estrutura quer a acção podem pensar-se nos níveis micro ou macro, ou, dito noutros termos, podemos conceber estruturas macro e estruturas micro, mas é necessário atender ao modo como as estruturas sociais de larga escala se relacionam com as micro estruturas de interacção. Só existem estruturas através dos actores, embora estes percam muitas vezes o controlo sobre as propriedades estruturais dos sistemas. Se tais propriedades se assumem, na linha de Giddens (1984), sob a forma de práticas reproduzidas resultantes das consequências não intencionais dos actores, pode acrescentar-se, seguindo Habermas, que o mundo da vida parece cada vez mais colonizado por um sistema que lhe é exterior.

Apesar da metodologia compreensiva e a observação participante privilegiarem as técnicas qualitativas, convém não esquecer que em qualquer estudo de caso devem ser mobilizados múltiplos instrumentos metodológicos. Por exemplo, a análise quantitativa que podemos recolher com base num questionário junto dos trabalhadores duma dada empresa pode ser um meio extremamente valioso para complementar e redireccionar a abordagem qualitativa. No meu próprio trabalho na fábrica utilizei esse procedimento para aferir e sistematizar a informação, o que se revelou de grande utilidade. Alterou positivamente o meu relacionamento com os operários e suscitou novas perguntas, ajudando-me a orientar a pesquisa e à minha melhor integração no grupo. A estratégia metodológica que segui correspondeu ao chamado “método de caso alargado”³ e destinou-se a evitar o determinismo e o relativismo, estabelecendo uma causalidade múltipla e interactiva com base na combinação dialéctica entre duas lógicas contrárias: a que tenta ver os micro-fundamentos da macro-estrutura (Collins, 1981) e a que tenta ver os macro-fundamentos da micro-estrutura (Fine, 1991). Olhar os fenómenos a partir de baixo mas tendo presentes as forças externas que os modelam através de uma forma de experimentação no terreno, de envolvimento social com as pessoas – com quem durante três meses partilhei rotinas, esforço físico, jogos de humor e cumplicidades múltiplas – que me permitisse reformular teorias, hipóteses e o conhecimento sociológico pré-existente acerca do contexto social mais amplo (Burawoy, 1991).

³ Desenvolvido e aplicado em vários estudos de campo, entre outros, por Boaventura Sousa Santos (1983 e 1995) e Michael Burawoy (1979, 1985; Burawoy e Lukács, 1992).

Evidentemente que a observação participante comporta uma infinidade de riscos e de problemas. Embora a riqueza da experimentação favoreça enormemente a profundidade compreensiva do estudo de caso, ela levanta também inúmeras perplexidades. Porque apesar do conhecimento prévio do terreno, na medida em que esse conhecimento é fundamentalmente teórico ou superficial, o investigador é rapidamente levado a sentir-se defraudado nas suas expectativas. Tal situação obriga-nos a questionar o estatuto de poder do cientista social e a prestar mais atenção aos pontos de vista alternativos, nomeadamente aos dos actores sob observação. Isto constitui evidentemente uma tarefa complicada e nunca plenamente resolvida, visto que, mesmo quando consideramos que as práticas sociais são sempre práticas de conhecimento, “elas apenas podem ser reconhecidas como tais na medida em que são a imagem reflectida do conhecimento científico” (Santos, 2001: 266).

3. As desigualdades de classe e a análise contextual

O estudo das classes sociais em Portugal que dirige há uns anos atrás (Estanque e Mendes, 1998) baseou-se num modelo teórico marxista que pretendeu não apenas compreender de forma sistemática a estrutura de classes do país, mas fazê-lo a partir de uma perspectiva que permitisse olhar criticamente as desigualdades sociais e as suas dinâmicas. O facto dessa abordagem ter recorrido a uma metodologia quantitativa – baseada num inquérito representativo a nível nacional – encerrou vantagens e limites. Vantagens porque isso permitiu visualizar as principais clivagens sócio-económicas na estrutura das desigualdades, tendo por base clivagens fundadas em diferenças objectivas de poder e relações de exploração. Limites porque os modelos estatísticos utilizados se revelaram frágeis na explicação das práticas e orientações subjectivas das diferentes categorias de classe, isto é, a variável “localização de classe” revelou-se fraca enquanto determinante causal dessas práticas. O facto do modelo em questão ter reunido segmentos de classe tradicionalmente separados – por exemplo, os operários industriais pouco qualificados e sem posições de autoridade foram agregados a outros sectores da força de trabalho nas mesmas condições mas inseridos no terciário – pode considerar-se uma limitação, mas também teve virtualidades. Na verdade, tal procedimento permitiu identificar amplas camadas da força de trabalho, transversais aos diferentes campos de actividade, que se encontravam numa situação de escassez de recursos e ajudou a pensar

tal situação como um efeito das clivagens estruturais de tipo classista. Ou seja, foi possível a partir dessa análise perceber como os segmentos mais precarizados da força de trabalho (os “proletários”) se estenderam da indústria para outros sectores do mercado de emprego, a exemplo do que tem acontecido noutras sociedades mais desenvolvidas com a emergência do neo-proletariado dos serviços (Esping-Andersen, 1993).

Assim, a matriz das localizações de classe, elaborada a partir do modelo de Erik Wright espelha uma estrutura topológica de doze categorias de classe que configura a distribuição de recursos tais como a propriedade dos meios de produção, as credenciais escolares ou qualificações, e os recursos de autoridade (Wright, 1985; Estanque e Mendes, 1998). Estes recursos não só são diferencialmente distribuídos como a sua distribuição desigual obedece a lógicas de exploração e de dominação, permitindo conceber as barreiras de classe para além de uma mera hierarquia de desigualdades. O facto desta perspectiva combinar elementos marxistas e weberianos, confere-lhe potencialidades analíticas ao conceber as próprias relações de mercado como parte dos mecanismos de exploração (Roemer, 1982), ou seja, as condições de acesso a outros recursos materiais ou simbólicos fora da produção (credenciais escolares, por exemplo) podem ser vistos em articulação com as desigualdades económicas primordialmente estruturadas a partir da produção.

É certo que os dados evidenciaram múltiplas contradições, mas tal deve-se antes de mais à própria complexidade de lógicas e dinâmicas ambivalentes que atravessam a sociedade portuguesa. A ambiguidade dos resultados obtidos só pode, portanto, ser explicada à luz de variáveis históricas e contextuais. Por exemplo, o peso estatístico da “pequena burguesia proprietária” (22,6%) e principalmente da categoria de classe “proletária” (46,5%), bem como os valores insignificantes das posições de classe média – os diversos *lugares contraditórios de classe*, em geral inferiores a 4% – só podem ser interpretados tendo em conta as profundas rupturas sociais e políticas ligadas ao processo de construção democrática e de modernização em que se encontra a sociedade portuguesa. Primeiro, sob o efeito do clima de lutas sociais do “período revolucionário” (entre 1974-1976) e da forte pressão exercida sobre o frágil poder político da época, e mais tarde, com a adesão do país à Comunidade Europeia (1986), entrou-se num rápido crescimento do sector público e administrativo, o que explica que as categorias de classe média – “técnicos não gestores”, “supervisores” e “gestores” qualificados e semiqualificados – sejam, em larga medida, promovidas a partir do sector estatal.

Por outro lado, no sector privado o peso pouco significativo de quadros qualificados é resultado da pequena dimensão das empresas, da sua escassa modernização tecnológica e de um modelo industrial ainda fortemente baseado no trabalho intensivo e nos baixos salários. O vasto conjunto de trabalhadores “proletarizados” resulta, em parte, da crescente fragmentação do mercado de emprego e flexibilização do sistema produtivo, mas também da precarização crescente de alguns segmentos dos empregados dos serviços. Apesar dos direitos laborais estarem bastante protegidos na lei, as entidades empregadoras recorrem a múltiplos expedientes para contornar a legalidade, abusando de situações como os contratos a prazo, trabalho domiciliário, empregos em *part-time* e outras formas de precariedade no trabalho.⁴

Larga parte da débil classe média portuguesa é bastante feminizada e isso também se deve à maior presença de mulheres em sectores como o ensino, a saúde e os serviços sociais, os quais, segundo os velhos critérios de divisão sexual do trabalho, são tradicionalmente considerados “femininos”. Em todo o caso, foi interessante notar, por exemplo, que a categoria “proletária” surgiu no mesmo estudo com uma taxa de feminização inferior à de países desenvolvidos como os EUA e a Suécia. No mesmo sentido, nas categorias de classe média com maior volume de credenciais escolares a percentagem de mulheres é semelhante à dos homens, o que também revelou uma relativa abertura da estrutura da estratificação ao emprego feminino em posições qualificadas (recorde-se que o mercado de emprego em Portugal é o mais feminizado dos países da UE). Perante as mudanças globais que a sociedade sofreu em trinta anos não é de estranhar que estes resultados confirmem uma forte mobilidade estrutural. Por isso mesmo é que em Portugal não faz sentido conceber a mobilidade no sentido funcionalista do termo. Recorrendo ao modelo de Erikson e Goldthorpe (1993) foi possível verificar que a mobilidade líquida é no seu conjunto muito fraca. Todavia, a imobilidade (ou reprodução) é mais notória nos homens, apresentando-se a estrutura das classes mais aberta para as mulheres em qualquer dos critérios considerados (autoridade, propriedade e qualificações), e isto independentemente de se considerar a mobilidade

⁴ O trabalho em *part-time* era em 1998 de 11,1% do emprego e o trabalho temporário de 12,4% (dados do European Industrial Relations Observatory – *EIRO*, *Annual Review*, 1999: 29). Mas há estudos que indicam que cerca de 26% da força de trabalho possui contratos inferiores a um ano, para além de milhares de trabalhadores imigrantes clandestinos (provenientes das ex-colónias africanas e recentemente da Europa de Leste, cujos números se desconhecem).

individual feminina ou a mobilidade mediada pela posição do marido (Goldthorpe, 1987; Estanque e Mendes, 1999).

A abordagem contextualizada destas questões, além de permitir minimizar algumas das limitações inerentes ao modelo estrutural de Wright, conduziu-me a uma análise mais abertamente qualitativa da classe trabalhadora numa região do país caracterizada pela industrialização difusa (a zona de S. João da Madeira onde predomina a indústria do calçado). Antes porém de discutir alguns dos resultados do estudo de caso na fábrica, vale a pena aflorar um nível intermédio da análise no qual combinei a caracterização da estrutura regional das classes com a compreensão das subjectividades e da acção colectiva (Estanque, 2000).

Nesta região os contrastes entre as diferentes fracções de classe aprofundam-se drasticamente. Se as categorias de classe média já eram pouco representativas a nível do país, aqui, elas praticamente desaparecem. As posições mais qualificadas da força de trabalho oscilam entre os 0,3% e os 0,7%, enquanto a categoria proletária aumenta substancialmente para 60,2%. A força do mercado e a competição individual entre os trabalhadores conjugam-se com uma matriz cultural tradicionalista, marcada pela escassez económica e pelas referências simbólicas ao mundo rural. No entanto a instabilidade é enorme. Há uma permanente convulsão no tecido empresarial e este é composto sobretudo por microempresas cujos proprietários são quase totalmente antigos operários. Daí resultam elevados fluxos de mobilidade social, lado a lado com altas taxas de reprodução (ou imobilidade). Por exemplo, em 28% dos empregadores os seus pais eram também empregadores, mas em 44% deles os pais eram proletários; por sua vez em 70% dos proletários os seus pais também o eram, mas 22% são oriundos de pais pequeno burgueses; e no caso da pequena burguesia, 50% é originária da mesma classe, mas 38,6% descende de proletários. Porém, considerando globalmente a estrutura classista das duas gerações comparadas, verifica-se que a lógica das desigualdades permaneceu praticamente inalterada.

Noutro plano da análise, quando se comparam os níveis de participação associativa ou em acções de protesto e as atitudes subjectivas entre os níveis regional e nacional, constata-se que nesta região a classe trabalhadora é menos participativa e ainda menos combativa. Muitos trabalhadores mostram-se até relativamente optimistas quanto ao seu futuro e acreditam nas oportunidades que o sistema disponibiliza. Isto significa que, lado a lado com a *relativa afluência* de alguns segmentos da força de trabalho, funciona um

efeito ideológico de *ilusão de afluência* que conduz à construção de expectativas positivas no plano individual. Como explicar este tipo de contradições? Qual é afinal o significado da classe num contexto como este?

Para esclarecer este aspecto é necessário entender as condições da acção colectiva na base da articulação entre a classe e a comunidade. Como se sabe, a comunidade não é vista num sentido estático ou meramente territorial (Ferrara, 1997; Heelas *et al.*, 1996). É antes um processo sociocultural dinâmico, que produz subjectividades colectivas, que transporta múltiplas lutas, discursos e dinâmicas de identificação. Os processos de estruturação da comunidade e das subjectividades de classe cruzam-se permanentemente, num jogo dialéctico entre raízes e opções, entre o sentido nostálgico ou emancipatório das identificações (Santos, 1995). Isso mesmo ficou evidente neste estudo de caso, pois a dimensão simbólica das diferenças culturais não é separável da dimensão distributiva, pelo que não se pode compreender uma sem a outra. Classe e diferença cultural são campos que neste contexto estão reciprocamente imbricados (Coole, 1996; Fraser, 1997). Se a classe é fundamental enquanto estruturadora de desigualdades económicas, ela é ao mesmo tempo decisiva enquanto discurso ou elemento identificador. Em ambos os casos ela inscreve-se na comunidade, torna-se parte da cultura e participa na luta pelo reconhecimento e pela dignidade colectiva de um segmento social: o operariado industrial.

Quando analisei mais de perto a vida no interior da fábrica diversas perplexidades sobressaíram. Num sector operário que é dos que aufere os níveis salariais mais modestos da UE, a contestação colectiva quase não existe e a participação sindical é muito baixa (embora as taxas de filiação sejam acima da média, com cerca de 35%). Todavia, ao contrário do que poderia esperar-se, não existe qualquer adesão dos trabalhadores ao ponto de vista patronal. O que prevalece é uma resistência tácita, uma rebeldia dissimulada que exprime a presença de uma forte clivagem cultural e identitária entre a colectividade operária e a hierarquia da empresa. Como é habitual nestes casos, os trabalhadores exigiram de mim um posicionamento claro, “com eles ou connosco”, o que reflecte a forma antagónica como percebem os interesses em presença no mundo fabril. Mas ao mesmo tempo que parecia estar na presença de um *instinto de classe* bem visível, os trabalhadores não contestam abertamente a classe patronal e vêm com alguma desconfiança o papel do sindicato. Os jogos que constantemente desencadeiam na produção, através da pequena sabotagem e das micro-rupturas face ao

sistema de controlo parecem funcionar como formas de escape a uma disciplina que os constrange e a uma exploração que não desejam (Collinson, 1992; Lyman, 1987). As táticas subtis e os comportamentos transgressivos dos trabalhadores⁵ estruturam a identidade operária no interior da fábrica como resposta colectiva de defesa de uma dignidade agredida, mas simultaneamente estes pequenos jogos simbólicos de poder acabam por servir de alimento à *fabricação do consentimento* (Burawoy, 1979).

As formas de resistência variavam consoante os casos e podiam assumir reacções mais dramáticas ou jogos mais subtis. O *tio* António (um operário de 60 anos que trabalhou directamente comigo) por vezes, quando a linha de montagem estava demasiado acelerada, gritava desesperado, dirigindo-se ao supervisor, mas sempre indirectamente e quando este não estava próximo “ele não vê que isto não poder ser?! Daqui a nada largo isto tudo para trás!!”. Noutras ocasiões adoptam uma atitude deliberada de *deixa andar*, se vêem que o encarregado não presta atenção à velocidade da linha quando ela é excessiva. Como sabem que não ganham nada em protestar abertamente, e ao mesmo tempo não querem cooperar, abrandam o ritmo de propósito e ficam *nas calmas*, como que a assobiar para o ar, fingindo que não percebem o que se está a passar. É uma revolta surda que se nota nas atitudes de boicote e de chacota para contrariar os “ares de conhecedor” e a atitude autoritária do supervisor, cuja competência técnica é, do ponto de vista dos operários, no mínimo duvidosa.

Esta conexão entre a estruturação da classe e a componente cultural faz-se por diversas vias. O *despotismo paternalista* que é exercido sobre a classe trabalhadora resulta ele próprio das articulações entre a indústria e a comunidade. É em parte porque os laços de lealdade, as afinidades pessoais e as redes familiares são transportadas da comunidade para dentro da empresa que os patrões (principalmente nas empresas de pequena dimensão) tendem a pensar que os seus empregados têm para com eles uma espécie de dívida de gratidão que nunca está saldada. Quando os operários aderem a uma greve ou se aproximam do sindicato isso é um gesto sentido pelos empregadores como traição. Por outro lado, é também a permeabilidade entre a empresa e a comunidade que favorece a tendência de muitos patrões a usar os conhecimentos pessoais que possuem na comunidade para controlar a vida dos trabalhadores. O sistema de controlo tende

⁵ Essa actividade transgressiva está aliás presente no plano cultural e comunitário, quando se analisa a história local de construção da cultura popular e as actividades de lazer da classe trabalhadora da região (Estanque, 1995).

portanto a estender a sua acção de dentro para fora da empresa. Sendo SJM uma comunidade pequena, facilmente propicia formas de controle social que, com a necessária discrição, permitem que o patrão tome conhecimento de aspectos da vida privada dos seus subordinados e descubra neles as causas de comportamentos vistos como “estranhos” ou “anormais”. Por exemplo, na empresa onde trabalhei, a falta de dedicação ou de pontualidade de um operário podem justificar que, em nome do interesse do próprio – e da empresa, claro! –, os responsáveis da gestão prestem especial atenção a tais situações.

Num segmento social como este, marcado pela baixa escolarização, pela pobreza económica e pela proximidade do universo rural, os comportamentos da força de trabalho feminina reflectem claramente o papel secundário da mulher e as formas de discriminação a que se sujeita. Por um lado, na minha observação pude confirmar quase diariamente o modo discricionário como o comportamento autoritário do supervisor era sempre mais violento quando dirigido às mulheres trabalhadoras. Por vezes um erro de fabrico era motivo para castigá-las e “mandá-las lá para fora” durante um certo período de tempo (o qual era obviamente descontado no salário, num mínimo de 1/2 hora, mesmo que esse período fosse inferior), um castigo precedido da inevitável reprimenda pública. A humilhação é tão grande que muitas desfazem-se em lágrimas. Por outro lado, os jogos sexistas em que as raparigas permanentemente participam são claramente reveladores da posição de “objecto sexual” em que muitas vezes elas se colocam. Para além da discriminação salarial, há inúmeros casos de assédio sexual nas empresas, de restrições na ida ao WC, de despedimentos arbitrários de grávidas e por vezes de violência física. O facto de ser um sector de maioria feminina (cerca de 60%) está longe de se traduzir numa distribuição equivalente das posições de chefia: quase sempre os supervisores são homens. A fábrica é um mundo marcado pela virilidade e as *relações na produção* espelham essa realidade, ainda que as próprias mulheres participem activamente na reprodução dessa lógica. O facto de a mão-de-obra feminina ser predominantemente constituída por jovens com pouco capital escolar, mais dependentes da família e mais dóceis quer perante o poder capitalista quer perante o poder masculino, permite-me pensar que a presença maioritária de mulheres contribui para acentuar o conformismo e a reprodução das desigualdades de classe (veja-se Estanque *et al.*, 2004).

Este contexto comprova, pois, a interdependência entre uma lógica de classe que tende a reproduzir as desigualdades e uma dinâmica cultural que a alimenta mas

paradoxalmente lhe resiste. A crescente globalização dos mercados tem feito incidir nesta região uma contradição entre as pressões hegemónicas da economia global e as formas localizadas de acção que procuram resistir a essa hegemonia. Porque se trata de um sector industrial directamente dependente dos mercados globais (cerca de 80% da produção destina-se à exportação), isto coloca novas dificuldades e ao mesmo tempo abre novos horizontes às estruturas organizativas da classe trabalhadora do calçado. Apesar das referidas dificuldades de mobilização, o sindicato tem tido um papel extremamente importante na busca de novas formas de intervenção e acção emancipatória. Como procurei mostrar em texto recente (Estanque, 2004), o sindicato do calçado posiciona-se numa dupla fronteira: tenta resistir ao poder capitalista da indústria a partir do associativismo cultural na comunidade; e ao mesmo tempo participa nos movimentos transnacionais de resistência ao capitalismo global. Também neste plano a velha linguagem do marxismo ortodoxo cedeu o lugar a um sentido pragmático da acção, em que o diálogo e o radicalismo se combinam e o sentido prático convive com a reinvenção utópica. Mas isto poderá querer dizer que, na esfera política, a classe só já tem condições de participar eficazmente quando se aliar a outros movimentos e actores sociais.

4. Novas linhas de pesquisa nas desigualdades de classe

Os desafios que hoje se colocam à análise de classes prendem-se necessariamente com as grandes tendências de mudança que estão a emergir na sociedade global no limiar do século XXI. As questões das desigualdades económicas, da pobreza, das diferenças étnica, sexual e cultural assumem hoje novos contornos e a meu ver, todas elas, de um modo ou de outro, se relacionam com o problema das classes. Num mundo cada vez mais caracterizado pela mobilidade e pelo esbatimento das fronteiras nacionais, o discurso neoliberal das novas oportunidades, do *empowerment* e da competitividade não consegue esconder as novas e velhas situações de opressão, exploração e exclusão. Como todas as instituições internacionais reconhecem, as desigualdades agravam-se a cada dia que passa, e não se vislumbram no horizonte medidas credíveis que permitam travar este processo. Que contributos pode a análise de classes trazer para a reflexão em torno destes problemas? Entre a enorme vastidão de possíveis linhas de investigação

nesta área gostaria de me centrar em dois campos que, perspectivados a partir da sociedade portuguesa, me parecem cruciais para os próximos tempos.

O primeiro diz respeito à questão da educação enquanto canal de mobilidade que interfere na reestruturação das classes. Esta é uma questão central, e que, ao mesmo tempo, permite relacionar classe com diferença sexual. O impacto das políticas educativas e da chamada sociedade do conhecimento na estrutura das classes reveste-se de inúmeras contradições, pois o alargamento do sistema de ensino às classes trabalhadoras, além de abrir novas oportunidades e expectativas, também induz no seu imaginário os valores e padrões de vida típicos da classe média. Por outro lado, as actuais tecnologias da informação produzem novas divisões não só entre os sectores qualificados e desqualificados, mas no próprio processo de reconversão de profissões. Aqueles que antes tinham empregos qualificados no sector dos serviços e cujas profissões entraram em declínio, além da perda de status, confrontam-se hoje com uma crescente precarização. Por um lado, os grandes investimentos públicos no sistema de ensino engrossaram uma “nova classe média” – nos termos de Bernstein e Daniel Bell –, aqueles que dominam a informação e controlam o poder simbólico do conhecimento, um poder centrado no presente e que se separou da questão da propriedade, mas que parece encontrar nos títulos académicos um equivalente funcional dos velhos títulos de nobreza (Bourdieu, 1979). Por outro lado, as novas qualificações académicas e o domínio dos novos conhecimentos informacionais e tecnológicos puxam para cima os novos sectores da classe média-alta (embora em geral não o suficiente para se instalarem nos estratos superiores), mas em contrapartida produzem novos info-excluídos e travam em baixo segmentos dos empregados dos serviços que vêm a sua situação mais vulnerável, engrossando o novo proletariado pós-industrial (Esping-Andersen, 1993). Num cenário social cada vez mais fluído e instável, os movimentos de mobilidade são sobretudo de curto alcance, embora criem a ilusão de ascensão quer no seio da classe média quer junto das famílias da classe trabalhadora que conseguem angariar um capital escolar significativo para os seus filhos. Com a crise do fordismo e do Estado-Providência, a velha *classe de serviço* (Erikson e Goldthorpe, 1993) parece ter deslocado parte da sua função integradora da esfera do emprego para a esfera do consumo. Mas, tanto no status profissional como nos padrões de consumo, as estratégias de fechamento e distinção das classes superiores conseguem ludibriar as lutas de usurpação da classe média e assegurar os seus privilégios e poder a partir de cima (Parkin, 1979).

Numa sociedade de desenvolvimento intermédio como a portuguesa, com fortes contrastes sócio-económicos e culturais – onde as lógicas pré-modernas e pós-modernas se misturam – a forte e rápida expansão do sistema de ensino em todos os seus níveis fez emergir no plano das subjectividades índices muitos elevados de auto-identificação com os valores da classe média, e isto atinge também franjas significativas dos trabalhadores. Porém, este *efeito aurático* da classe média nem sempre condiz com a efectiva condição económica, tornando-se um factor de frustração e de desestruturação identitária. Isto é visível, por exemplo, na esfera dos consumos simbólicos, televisivos e materiais, cujas consequências se traduzem no crescimento de um individualismo alienante, com consequências drásticas no plano da participação cívica e no plano material, mas também na esfera económica, como é o caso, por exemplo, do crescente endividamento das famílias (Marques, 2000). Se é verdade que a classe trabalhadora portuguesa revela uma elevada percepção das desigualdades e das injustiças sociais (como mostrei no primeiro tópico), também o é que revela indiferença ou sentimentos de impotência para lutar contra elas. A evasão e os mecanismos de escape oferecidos pela sociedade de consumo parecem ser as respostas mais comuns.

No caso português a situação da mulher no sistema de ensino e no mercado de emprego suscita interessantes pistas de estudo sobre as classes sociais. É notório o maior sucesso feminino no campo educacional e também a presença crescente das mulheres nos empregos qualificados. Apesar dos empregos de topo continuarem nas mãos dos homens, a universidade portuguesa é hoje das mais feminizadas da Europa e os níveis de sucesso académico das raparigas são também mais elevados que os dos rapazes. Numa altura em que as credenciais educacionais se tornam o principal factor de promoção profissional, perante esta aparente hegemonização da presença das mulheres nas universidades (cerca de 60%), será de esperar que nos próximos dez anos se assista a um novo reposicionamento no feminino da estrutura da estratificação? Que repercussões poderão advir daqui para a recomposição das classes sociais?

Será preciso investigação mais sistemática e actualizada sobre o fenómeno para aferir o seu real significado sociológico. Mas convém não esquecer que, no caso português, a estrutura familiar continua a ser uma variável incontornável neste tipo de estudos. Embora a divisão das tarefas domésticas transporte ainda fortes valores patriarcais, este patriarcado, se entendido à luz do significado simbólico do status educacional no âmbito familiar, leva-nos à conclusão de que a posição feminina sai

favorecida. Isto quer dizer que, apesar do crescente efeito atractivo dos diplomas de ensino superior entre a classe trabalhadora⁶, as poucas posses económicas das famílias não permitem que o conjunto dos filhos possam alcançar a universidade. E em tais situações a escolha tende a favorecer as raparigas, pois a lógica patriarcal encaminha os rapazes para uma entrada precoce na vida activa, reservando para a rapariga a possibilidade de prosseguir os estudos.

Como hipótese de trabalho, diria que a interferência do sistema educativo – em particular do ensino superior – na reestruturação das classes se processa em três dimensões: na interferência que exerce no imaginário de pertença de classe e nos status subjectivos, o que tende a alterar as expectativas pessoais e familiares, com efeitos práticos ao nível das trajectórias e estilos de vida das famílias; na recomposição do tecido produtivo e reconversão de profissões de classe média, promovendo novas divisões entre categorias em declínio e as novas categorias ascendentes; e nas alterações que está a introduzir na sexualização da estratificação, sendo hoje inegável o crescente protagonismo da mulher entre os executivos e profissionais do sector público e privado, o que nos permite antever novas alterações nos papéis sociais entre os dois sexos (Crompton, 1997; Crompton e Mann, 1986).

O segundo campo que julgo de particular importância para o futuro próximo refere-se às transformações no mercado de trabalho e suas implicações na recomposição das classes. Isto permite relacionar as questões da classe e da etnicidade. É claro que a instabilidade e fluidez que hoje caracterizam o emprego, quer nos serviços quer na indústria, está a fazer expandir os segmentos que Esping-Anderson designou por *stand-by classes* (1993: 234). Mas na actual economia global os sistemas pós-fordistas encerram processos de transferência de investimentos e mobilidade de força de trabalho que estão a alterar profundamente a composição das classes no seu conjunto. O aumento dos fluxos de mobilidade internacional, sobretudo no topo e na base da pirâmide estratificacional, requerem mais estudos sistemáticos, nomeadamente no contexto europeu. Em todo o caso, é possível a partir do caso português, esboçar algumas hipóteses de interpretação sociológica em torno deste tipo de fenómenos.

A posição de Portugal, que nos últimos quinze anos passou de um país de emigrantes para um país de imigrantes, assume um papel importante enquanto

⁶ Por exemplo, na Universidade de Coimbra, cerca de 40% dos estudantes são filhos da classe trabalhadora (Estanque e Nunes, 2002).

plataforma de entrada no espaço europeu de migrantes africanos e da América Latina (principalmente oriundos das ex-colónias portuguesas, como Cabo Verde, e do Brasil) (Baganha, 2001). Embora as discussões sobre a conexão entre a etnicidade e a classe já sejam antigas, no actual quadro de intensificação dos fluxos transnacionais colocam-se novas interrogações, que sugerem novas linhas de pesquisa. A emergência das *sobreclasses* e das *subclasses* numa escala transnacional é um campo que merece mais estudos no âmbito de uma Europa alargada (Sklair, 2001; Estanque, 2003: 76-77). O aumento das transferências de mão-de-obra clandestina para os países da UE tornou mais visíveis os problemas da subclasse, do racismo e da exclusão social.

No caso português, com a chegada de significativos contingentes de trabalhadores dos países do Leste da Europa (sobretudo ucranianos e moldavos) e a sua rápida inserção em empregos precários e mal pagos, estes problemas tornaram-se claros. Por exemplo, no sector da construção civil, que absorve uma larga parcela de imigrantes de origem africana, começa a verificar-se uma alteração na distribuição das tarefas profissionais entre estes dois grupos. Os europeus do Leste tendem a assumir mais rapidamente posições de maior responsabilidade dentro das empresas, e também a auferir remunerações mais elevadas, em comparação com os africanos. Paralelamente, na sequência da política de autorização de residência para estes sectores, nasceu já uma associação de carácter sindical que congrega os operários do Leste europeu. Enquanto os cabo-verdianos se mantêm geralmente em situações laborais mais precárias e tendem a viver em comunidades mais fechadas (sendo muitas vezes motivo de segregação racial e acusados de práticas de violência urbana), os novos emigrados dos países de Leste revelam maior facilidade de integração, quer nas empresas quer, por exemplo, no trabalho doméstico (mulheres a dias, empregadas de limpeza, etc.) que começa a absorver muitas mulheres ucranianas recém chegadas.

Não é possível saber até que ponto estes fenómenos são transitórios ou qual a profundidade dos seus efeitos estruturantes na recomposição das classes. No entanto, eles mostram que as diferenças étnicas e identitárias imprimem neste novo contexto novas linhas de complexidade na análise das desigualdades de classe. O preconceito racial parece ser aqui mais decisivo do que a diferença linguística, visto que os africanos, apesar de falarem português, são remetidos para os guetos e resistem à integração, enquanto os ucranianos e moldavos, apesar de não falarem português, integram-se melhor. As feridas do pós-colonialismo, por um lado, e as questões religiosa e da cor da

pele, por outro, são sem dúvida factores a ter em conta. É sabido que a construção do racismo sempre teve algo que ver com o problema da classe (Balibar, 1991), mas importará investigar como isso se liga com as classes e a acção colectiva nos tempos que correm. O facto de os trabalhadores negros serem oprimidos e socialmente excluídos não é separável das condições de hiper-exploração a que se sujeitam no trabalho. E o facto dos trabalhadores do Leste europeu conquistarem melhores posições no mercado de trabalho não é separável das similitudes de cor e também culturais que mantêm com os portugueses (além disso detêm mais elevados níveis de instrução). Se no futuro as estruturas associativas promovidas pelos primeiros conseguirem estabelecer alianças com os segundos a partir do trabalho, fará sentido pensar numa nova “luta de classes” dos proletários deslocalizados do século XXI. Mas as novas lutas e movimentos dificilmente voltarão a ser meramente “de classe”. Esta luta, se vier a ocorrer, não poderá deixar de ser uma luta em articulação com todo um conjunto de ONGs e movimentos associativos de combate à pobreza, à exclusão e ao racismo.

Como conclusão, pode dizer-se que a análise de classes de inspiração marxista e weberiana terão de continuar a aproximar-se, em busca de um enriquecimento recíproco, necessário para o estudo de muitos problemas hoje emergentes. O tema das desigualdades, longe de perder actualidade, parece assumir uma nova centralidade. As crescentes injustiças do mundo contemporâneo exigem que as abordagens críticas sejam revigoradas para poderem captar a sua complexidade crescente. Se as ciências sociais em geral não podem alhear-se da turbulência e conflitualidade social em que todos estamos mergulhados, a análise de classes em particular deve olhar não só para as desigualdades e para as diferenças sociais, mas também para os actores e movimentos sociais e políticos que hoje promovem as lutas contra essas desigualdades e diferenças.

Sem dúvida que o desenvolvimento de novas linhas de análise em torno destes temas irá requerer o uso de técnicas de pesquisa adequadas. Será, por exemplo, importante socorrer-nos de dados quantitativos que permitam conhecer a dimensão social destes fenómenos. Mas, os métodos qualitativos continuarão a ser essenciais para estudar o seu verdadeiro alcance sociológico. O modo como se possam observar os contextos espaciais onde se processa a reestruturação da vida social – mesmo quando tais processos resultam de efeitos estruturais mais amplos – é, inquestionavelmente, um factor decisivo para penetrar no mundo real e perceber o pulsar da sociedade. Estou convencido que compreender a crescente complexidade da mudança social que hoje nos

envolve requer uma atenção redobrada à orientação dos sujeitos, às suas representações e às interacções da vida prática onde continuamente se re-escrevem as identidades e as desigualdades, propulsoras ou inibidoras da acção colectiva. A análise das desigualdades sociais do nosso tempo exige, mais do que analisar dados estatísticos, o envolvimento directo com as pessoas. E mesmo numa sociedade global, em que a mobilidade e os fluxos de toda a espécie são o seu traço marcante, os impactos da globalização só têm sentido porque atingem pessoas, grupos e sectores sociais concretos. A contraparte da globalização é a localização. Privilegiar a metodologia qualitativa é, do meu ponto de vista, privilegiar a abordagem crítica da sociedade e dos seus problemas, mas é também privilegiar uma visão crítica da própria sociologia e dos seus limites. A observação directa e a observação participante dos micro-espacos, das micro-realidades, requer a proximidade com os grupos concretos e a partilha das suas vidas e dos seus problemas. Lá, no próprio local onde eles existem. Esta é obviamente uma opção metodológica, entre outras possíveis. Mas é uma opção que não se satisfaz com a interpretação asséptica da realidade, antes pretende construir uma *ciência-cidadã* que não se limite a identificar exclusões e desigualdades, mas que contribua para descobrir os caminhos possíveis da inclusão e da justiça social.

Referências Bibliográficas

- Archer, M. S. (1996), *Culture and Agency*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baganha, M. I. (2001), “A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal”, in B. S. Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento.
- Balibar, E. (1991), “From Class Struggle to Classless Struggle”, in E. Balibar e I. Wallerstein, *Race, Nation and Class*. London: Verso.
- Bourdieu P.; Wacquant, L. (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minit.
- Bourdieu, P. (1987), “What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups”, *Berkeley Journal of Sociology*, XXXII.
- Bourdieu, P. (1996), “Understanding”, *Theory, Culture and Society*, 13(2).
- Braverman, H. (1974), *Labor and Monopoly Capital*. New York: Monthly Review.
- Burawoy, M. (1979), *Manufacturing Consent*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Burawoy, M. (1985), *The Politics of Production*. London: Verso.
- Burawoy, M. (1989), “The Limits of Wright’s Analytical Marxism and an Alternative”, in E. O. Wright (Org.), *The Debate on Classes*. London/New York: Verso.
- Burawoy, M. (1991), *Etnography Unbounded. Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press.
- Burawoy, M.; Lukács, J. (1992), *The Radiant Past: Ideology and Reality in Hungary’ Road to Capitalism*. Chicago: Chicago University Press.
- Cabral, M. V. (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Cabral, M. V. (2003), “Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países”, in M. V. Cabral; J. Vala; A. Freire (Orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: ICS.
- Collins, R. (1981), “On the Microfoundations of Macrosociology”, *American Journal of Sociology*, 86.
- Collinson, D. (1992), *Managing the Shopfloor - Subjectivity, Masculinity and Workplace Culture*. Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- Coole, D. (1996), “Is Class a Difference that Makes a Difference?”, *Radical Philosophy*, 77.
- Costa, A. F. (1999), *A Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta.
- Crompton, R. (1997), “Diferença sexual e análise das classes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 49.
- Crompton, R.; Mann, M. (Orgs.) (1986), *Gender and Stratification*. Cambridge: Polity Press.
- Crozier, M.; Friedberg, E. (1977), *L’ Acteur et le Système*. Paris: Seuil.

- Erikson, E.; Goldthorpe, J. (1993), *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Esping-Andersen, G. (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*. London: Sage/ISA.
- Estanque, E. (1995), “O lazer e a cultura popular, entre a regulação e a transgressão: um estudo de caso”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43.
- Estanque, E. (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Práticas e subjectividades no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, E. (2003), “O Efeito Classe Média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in M. V. Cabral; J. Vala; A. Freire (Orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: ICS.
- Estanque, E. (2004), “A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global”, in B. S. Santos (Org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Vol. 5 do Projecto «Reinventar a Emancipação Social». Porto: Afrontamento.
- Estanque, E. et al., (orgs.) (2004), *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança: Portugal, Brasil e o Contexto Transnacional*. Coimbra. Quarteto (em edição pela Editora Cortez, S. Paulo).
- Estanque, E.; Mendes, J. M. (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, E.; Mendes, J. M. (1999), “Análise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53.
- Estanque, E.; Nunes, J. A. (2002), “A Universidade perante a transformação social e as orientações dos estudantes: o caso da Universidade de Coimbra”, *Oficina do CES*, 169.
- Ferrara, A. (1997), “The Paradox of Community”, *International Sociology*, 12(4).
- Fine, G. A. (1991), “On the macrofoundations of microsociology: constraint and the exterior reality of structure”, *The Sociological Quarterly*, 32(2).
- Fowler, B. (1996), “An introduction to Pierre Bourdieu’s ‘Understanding’”, *Theory, Culture and Society*, 13(2).
- Fraser, N. (1997), *Justice Interruptus. Critical reflections on the ‘postsocialist’ condition*. London: Routledge.
- Giddens, A. (1984), *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press
- Goldthorpe, J. et al. (1987), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press.
- Grusky, D. B.; Sørensen, J. B. (1998), “Can Class Analysis Be Salvaged?”, *American Journal of Sociology*, 103(5).
- Haraway, D. (1992), *Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of Modern Science*. London: Verso.
- Heelas, P. et al. (orgs.) (1996), *Detraditionalization*. Oxford: Blackwell Publishers.

- Hobsbawm, E. J. (1984), *Worlds of Labour: Further Studies in the History of Labour*. Londres: Weidenfeld.
- Hobsbawm, E. J. (1992), *A Era das Revoluções*. Lisboa: Presença [1962].
- Jones, G. S. (1989), *Languages of Class – Studies in English Working Class History 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyman, P. (1987), “The Fraternal Bond as a Joking Relation: A Case Study of the Role of Sexist Jokes in Male Group Bonding”, in M. Kimmel (Org.), *Changing Men: New Directions in Research on Men and Masculinity*. London: Sage.
- Marques, Maria M. L. (Org.) (2000), *O Endividamento dos Consumidores*. Coimbra: Almedina.
- Pakulsky, J.; Waters M. (1996) *The Death of Class*. London: Sage.
- Parkin, F. (1979), *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. London: Tavistock.
- Reay, D. (1998), “Rethinking Social Class: Qualitative Perspectives on Class and Gender”, *Sociology*, 32(2).
- Roemer, J. (1982), *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge/ Mass: Harvard University Press.
- Santos, B. S. (1983), “Os conflitos urbanos no Recife: o caso do ‘Skylab’”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11.
- Santos, B. S. (1995), *Toward a New Common Sense*. London/New York: Routledge.
- Santos, B. S. (2001), “Toward an Epistemology of Blindness: Why the New Forms of ‘Ceremonial Adequacy’ neither Regulate nor Emancipate”, *European Journal of Social Theory*, 4(3).
- Sklair, Leslie (2001), *The Transnational Capitalist Class*. Oxford/ Malden: Blackwell.
- Thompson, E. P. (1963), *The Making Of The English Working Class*. London: Harmoudsworth/Penguin.
- Tilly, C. et al. (1975), *The Rebellious Century: 1830-1939*. Cambridge: Harvard University Press.
- Wright, E. O. (1996), “The Continuing Relevance of Class Analysis – Comments”, *Theory, Culture and Society*, 25.
- Wright, E. O. (1997), *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, E. O. (1985), *Classes*. London: Verso.
- Wright, E. O. (Org.) (1989), *The Debate on Classes*. London/New York: Verso.